

Processo de Bolonha (Parte II): Os três ciclos e as implicações para os Açores.

Antes de continuarmos o artigo Processo de Bolonha (Parte I), publicado em 14 de Fevereiro p.p., com os três ciclos de formação e algumas implicações para os Açores, é necessário enfatizar que este Processo não só está relacionado com o Ensino Superior, mas também com outros níveis de ensino e o contexto sócio-económico de uma região ou país. É assim, recomendável que a sociedade em geral se sinta estimulada para saber mais sobre este Processo, permitindo a sua sempre desejável intervenção.

A introdução de três ciclos e a redução da duração de alguns deles tem implicações pedagógicas, estruturais e funcionais significativas. A tendência maioritária vai no sentido da fórmula 3+2 – um primeiro ciclo básico de 3 anos seguido de um segundo ciclo de especialização de 2 anos – em vez da fórmula alternativa 4+1. Devemos notar os casos excepcionais dos ciclos de formação para a Medicina e possivelmente Arquitectura com apenas um ciclo de 5 anos sem interrupção. E, finalmente, um terceiro ciclo para a formação ao nível do Doutoramento que pode incluir a preparação para a investigação científica ou docência, cuja duração se situa entre os 3 anos em Portugal e na Inglaterra e os 8 anos em França.

No entanto, as principais diferenças poderão ocorrer numa formação mais profissionalizante. Por exemplo, os alunos provavelmente mais conhecedores do mercado de trabalho, após alguns anos de experiência profissional, apenas poderão estar interessados em especializações com interesse para a sua formação e para o trabalho que realizam ou gostavam de vir a realizar. Esta interrupção dos estudos ao fim de apenas três anos parece muito importante para a adaptação dos *curriculum* de perfil profissional, para a adaptação às necessidades da região e do país e para fomentar o desejável regresso dos alunos à Universidade numa perspectiva de ensino ao longo da vida. Aqui, devemos enfatizar que o comunicação final da Conferência Europeia de Lisboa de 2000 faz a ponte entre uma formação mais ágil e competitiva com a necessidade de criar novos empregos e uma “nova” economia baseada no conhecimento e na criatividade, saindo assim em linha com a Declaração de Bolonha.

A ideia, por exemplo em Portugal, não é reduzir uma licenciatura a 3 anos, o que certamente teria consequências na qualidade da formação, mas interromper a formação antes dos 2 anos de especialização correspondentes ao actual Mestrado. Tal corresponde, grosso modo ao Bacharelato que já existiu no nosso sistema de ensino superior público, correspondendo a actual Licenciatura ao ciclo básico mais o Mestrado, que resulta num total de créditos suficiente para dar acesso directo ao Doutoramento. Perante o actual contexto Europeu, qualquer outra fórmula corresponde a perda de competitividade do sistema de ensino relativamente à grande maioria dos concorrentes, nomeadamente aos Estados Unidos da América.

No entanto, o Processo de Bolonha é muito mais ambicioso tendo óbvias implicações nas carreiras dos docentes e não docentes, na gestão dos estabelecimentos do ensino superior e no mercado de trabalho. A meta de 2010 é um reconhecimento das dificuldades e da necessidade de reformas profundas em subsistemas inseridos ou complementares ao sistema de ensino superior.



Assim, manter a Universidade a par com o Processo de Bolonha e, se possível, tomar a dianteira sobre outras universidades que, por vezes, oferecem grande resistência à mudança, parece fundamental para aumentar a qualidade de ensino e fomentar a competitividade.

É fácil compreender a necessidade da troca de experiências e conhecimentos na formação de competências entre os cidadãos. Em particular, no caso dos alunos do ensino superior e tendo em conta o facto da Região já exercer um importante poder atrator turístico e em algumas áreas científicas, é possível prever um importante fluxo de alunos vindos do continente, da Europa e mesmo de espaços exteriores à Europa. Desta forma, aproveitando igualmente a atractividade que a Europa possa exercer, para realizarem alguns módulos, cadeiras ou cursos no estabelecimento de ensino superior

local. Por outro lado, serão criadas diversas oportunidades para os alunos locais migrarem para outros cursos e outros estabelecimentos de ensino. Podendo assim, serem uma mais-valia para o desenvolvimento tecnológico, social e cultural dos Açores. **A definição de novas competências e a sua divulgação no meio sócio-económico, com o possível choque de desaparecimento da Licenciatura, é provavelmente um dos maiores desafios que se enfrentará com a implementação do Processo de Bolonha a nível regional.**

Não se pode esquecer igualmente o objectivo da qualidade da formação avaliada de forma contínua e comparável com outros estabelecimentos de ensino por toda a Europa. Sem este, tudo o resto estará necessariamente comprometido.

Para saber mais ...

Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior

<http://www.mces.pt/>

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

<http://www.crup.pt>

V. Crespo, *Ganhar Bolonha, Ganhar o Futuro: O Ensino Superior no Espaço Europeu*, Gradiva, 2003.

J. V. Simão, S. M. Santos e A. A. Costa, *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Gradiva, 2003.

Armando B. Mendes e Luís Mendes Gomes

{amendes,lmg}@notes.uac.pt

Docentes do Departamento de Matemática da Univ. dos Açores